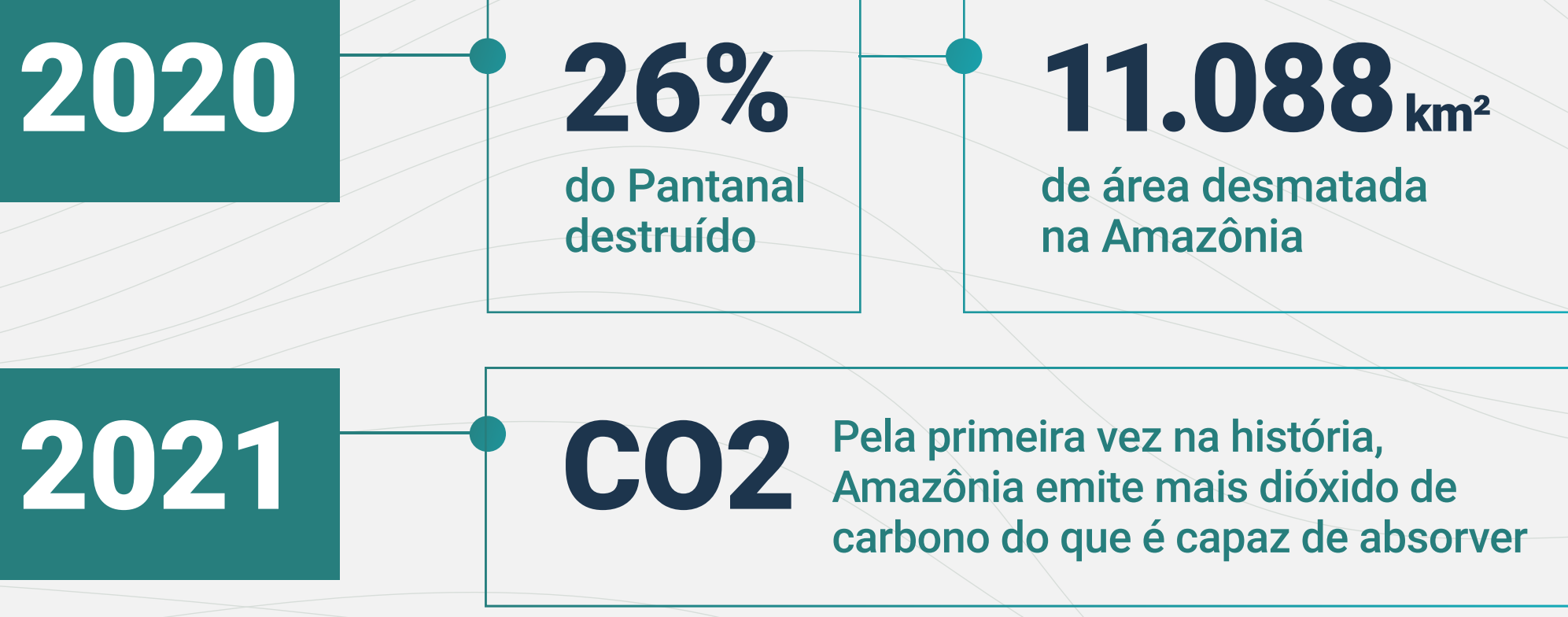


Impacto da agenda ambiental nas relações do governo Bolsonaro com o mundo

Di Blasi,
Parente &
Associados

BRASIL | As críticas internacionais à agenda ambiental

O Governo Bolsonaro, desde seu início, vem sendo criticado internacionalmente pela forma como tem gerenciado a pasta ambiental. Em especial, dois biomas têm ganhado destaque pela mídia internacional: a Amazônia, no que concerne desmatamento e o Pantanal, no que tange às queimadas.



CHANCELAS INTERNACIONAIS | As demandas realizadas

Em face dos acontecimentos ambientais acima citados, diversos países pronunciaram-se criticamente à postura do governo federal em relação às infrações ambientais.

Destacam-se principalmente:



Estados Unidos

A criação de um grupo suprapartidário, Climate Principals, para auxiliar o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, na condução de sua política ambiental. O grupo divulgou um plano de proteção à Amazônia. Ainda candidato, Biden destacou que sua agenda política incluiria a preservação da Amazônia, e que caso o Brasil não respondesse a incentivos financeiros, haveria punição, como por exemplo, embargos econômicos.



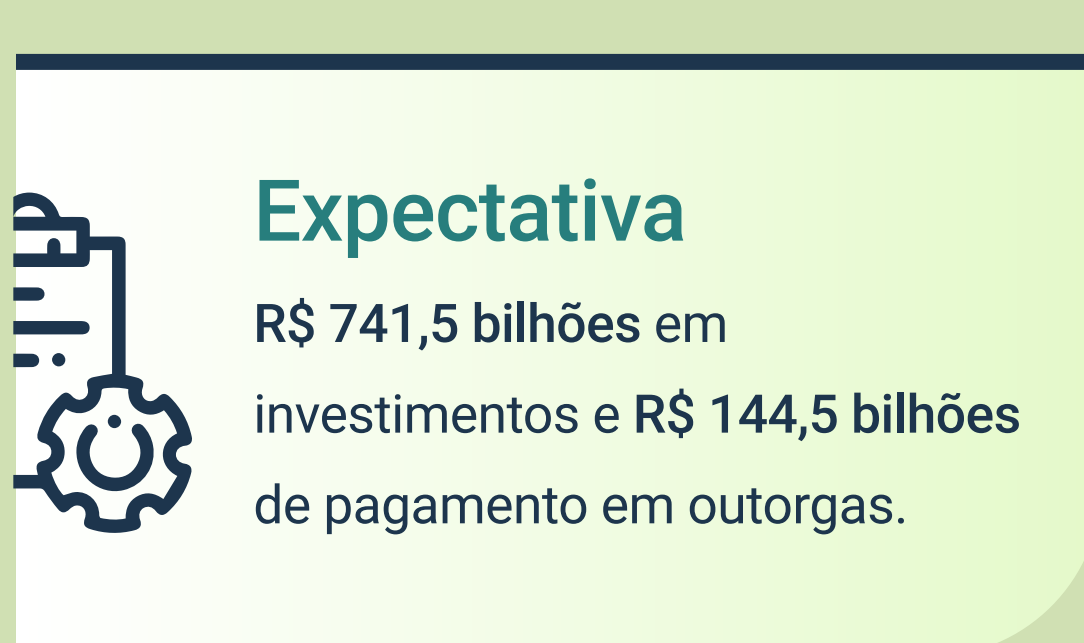
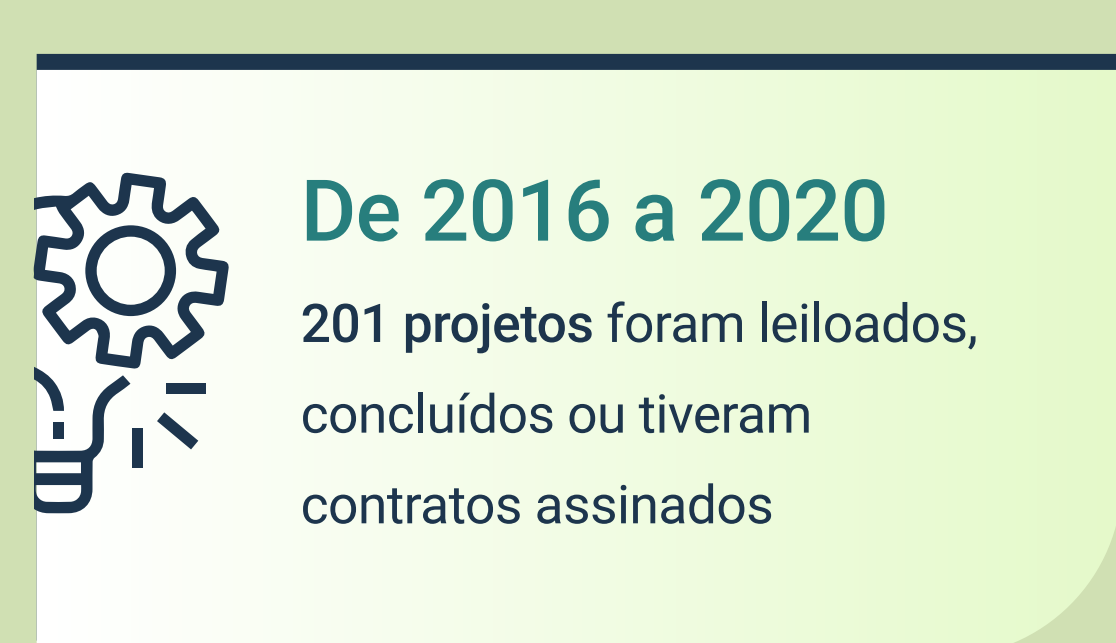
Noruega e Alemanha

Em face da suspensão do comitê técnico e do comitê orientador do Fundo Amazônia, a Noruega e a Alemanha, que são responsáveis por quase todo o montante do Fundo, suspenderam os seus repasses financeiros em 2019. Noruega congelou um repasse de 33,27 milhões de dólares, já a Alemanha, um de 39 milhões de dólares.

PPI | um ator que visa dar voz a práticas ambientais robustas

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado, no âmbito da Presidência da República, pela Lei nº 13.334, de 2016 com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização.

PPI como referência Internacional



Novos Horizontes

Até 2018, o PPI esteve focado na qualificação de projetos de logística, energia e desestatização.

A partir de 2019, o PPI passou a dedicar esforços em setores menos maduros e mais dependentes da coordenação governamental, como parques nacionais e florestas, terminais pesqueiros, projetos de turismo, comunicação e desenvolvimento regional.

Expectativa: Em 2020, o PPI qualificou mais de 400 projetos, com potencial de R\$ 1,3 trilhão em investimentos nos próximos 30 anos.



PPI e OCDE



O PPI possui práticas ambientais em consonância com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entre elas, destaca-se a prática de medida antecipatória na viabilidade ambiental dos projetos a serem estruturados. Ou seja, nos estudos prévios de estruturação de um futuro projeto do PPI é levado em conta as questões ambientais envolvidas a fim de precificar e alertar desde o começo os riscos e oportunidades atreladas ao empreendimento. Isso significa incluir a variável ambiental no planejamento do projeto, além de reduzir os custos, demonstra priorização do meio ambiente e plena aderências aos requisitos exigidos pela OCDE.

Brasil e OCDE

Em 2017, o Brasil solicitou formalmente sua entrada na OCDE. Para fazer parte da organização, os países que desejam entrar devem cumprir determinados requisitos exigidos pela instituição. Dessa forma, desde 2017, o Brasil vem ampliando a convergência de suas normas a fim de adequá-las aos padrões da organização.

Do total de 246 instrumentos exigidos pela OCDE, o Brasil já aderiu a **100**, o que corresponde a **41%** de convergência. A seguir, um comparativo com os demais países em desenvolvimento:



Fazer parte da OCDE possui impacto na imagem internacional do Brasil, pois compor a organização implica ter um maior contato e convergência com boas práticas internacionais. Ademais, integrar a OCDE trará um impulso à agenda de reformas domésticas, com consequente melhoria do ambiente regulatório, modernização institucional e aprimoramento da governança.

Fonte: CNI

Gargalos atuais | Apontamentos sobre os 40 anos da Política Nacional do Meio Ambiente

A Secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação do Secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, Rose Mirian Hofmann, trouxe importantes reflexões sobre o caminho percorrido desde a implementação da PNMA até os dias de hoje. Hoffman destaca como o debate de meio ambiente realizado pela PNMA iniciou altamente centrado no combate à poluição e gradativamente priorizou os estudos de impacto ambiental, em resposta a uma demanda advinda dos bancos de investimentos. Diante do atual cenário, a secretária aponta que o país precisa:



Secretária de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação, Rose Mirian Hofmann

Fortalecer sua política de gestão territorial de modo a dar maior robustez à política ambiental. Atualmente o debate está sendo encabeçado pela Conselho Nacional da Amazônia.

Melhorar a comunicação externa e interna. Por exemplo, o Brasil já seguia alguns instrumentos da OCDE e não comunicou à organização. Ou seja, é necessário melhor divulgação e conhecimento das ações ambientais já andamento.

Aumentar seu quadro pessoal de técnicos do IBAMA e do ICMBIO. Reforçar os órgãos com maiores aportes orçamentários é importante, porém para aumentar e melhorar o combate ao desmatamento florestal é necessário aumentar o número de servidores destes órgãos, pois atualmente o número de técnicos é insuficiente.

Acesse aqui o webinar sobre a agenda ambiental do governo

Para mais informações, envie uma mensagem para relgov@diblasi.com.br

